

“CRECHE, NÃO! AQUI SE TOMA CONTA DE CRIANÇAS!” - TRAJETÓRIA DE VIDA E OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA UMA TOMADORA DE CONTA DE CRIANÇAS

Ana Cristina Coll Delgado¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações de trabalho vividas por uma trabalhadora de creche domiciliar no município de São Gonçalo/RJ. Focalizo os sentidos de ser mulher, mãe e trabalhadora a as ambiguidades decorrentes de uma atividade que concilia a maternidade e os cuidados da casa com um trabalho sem direitos sociais. O referencial teórico abrange estudos sobre trabalho informal, clandestino e ilegal, gênero e famílias das camadas populares. As análises evidenciam uma ruptura com perspectivas centradas apenas na falta, negatividade ou pobreza desta atividade.

Palavras-chave: creche domiciliar, relações de trabalho, feminização da pobreza, família monoparental.

Abstract

The objective of the present article is analyze the work relations lived by a worker of domiciliary nursery in São Gonçalo city (Rio de Janeiro). I focus on the senses of being a woman, mother and worker, and the ambiguous passed of one activity that combine maternity and home cares with a work without social rights. The theoretical reference includes considerations about informal, illegal and clandestine work, gender and families of popular layer. The analysis evidence one rupture with perspectives centered only on lack, negativity or poverty of this activity.

Keywords: domiciliary nursery, work relations, female poverty, one parental family

¹ Professora adjunta do Departamento de Educação - FURG.

Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados de um estudo de caso etnográfico realizado em uma creche domiciliar² de um bairro popular do município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, nos anos de 2000 a agosto de 2001³. O objetivo central do estudo foi analisar os significados do trabalho de tomar conta de crianças para uma trabalhadora e um grupo de mães, e os desdobramentos desse trabalho no cotidiano. Focalizarei as análises no trabalho realizado pela profissional responsável pela creche domiciliar, que denomino de Denise. A partir de seus percursos busco entender as relações de trabalho e as negociações que se estabelecem no local. Caracterizo esse trabalho como informal e instável, clandestino e ilegal, assim como o trato como domiciliar, o que é diferente de trabalho doméstico.

A trajetória de Denise demonstra como vida pessoal e trabalho estão interligados. Os sentidos de ser mulher, mãe e trabalhadora influenciam as percepções sobre o trabalho na creche domiciliar, o que está repleto de ambigüidades. Denise optou por conciliar a maternidade e os cuidados da casa com uma atividade que lhe proporcionasse uma renda. Ela vive em uma família monoparental e faz parte de um fenômeno social que atualmente a literatura tem denominado de feminização da pobreza. Mas ela não é apenas isto: há significados, saberes e sentimentos acerca do seu trabalho e da sua vida que são contraditórios, tais como o modelo de família conjugal que ela tem como referência, as percepções de ser mulher e mãe como vítima, as experiências dos corpos de mulheres compreendidas como sofrimento, limitação e dor, e, ao mesmo tempo, a valorização da figura feminina.

As ambigüidades da atividade emergem quando ela constrói um raciocínio a respeito do que faz que oscila entre ser mãe substituta, tomadora de conta, tia, professora ou psicóloga. Os sentidos sobre a sua atividade estão envoltos em expectativas, sonhos, frustrações e tensões que vive enquanto mulher, mãe e trabalhadora sem direitos sociais. Nesse emaranhado de experiências percebi um movimento de culpabilização das mães das crianças cuidadas por ela e de culpa dela própria enquanto mãe, o que também é ocasionado pelas disputas e pela insatisfação de quem realiza um trabalho informal, instável e clandestino. Estes são os principais aspectos que desenvolverei ao longo do artigo.

2. Relações de trabalho e negociações na creche domiciliar

A trajetória de Denise possibilita compreender quem é esta mulher que se

² Esclareço que esta é uma análise sociológica de práticas sociais de cuidado/educação em ambiente informal, que eu denotino de creche, embora com um sentido diferente do que a legislação estabelece. Não estou tratando do termo "creche domiciliar" enquanto uma instituição legalizada, com fiscalização e estratégias de formação das trabalhadoras. Uso o termo, porque o trabalho efetivamente acontece no domicílio da trabalhadora que recebe pagamento mensal das famílias. Compreendo que as designações e nomes são construídas socialmente e o uso do termo creche domiciliar é sociológico, isto é, as palavras correspondem a uma referenciação pelo uso social da linguagem e não pela adequação da lei, ou científica do termo.

³ Trabalho neste texto com uma parte das análises desenvolvidas no segundo capítulo de minha tese de doutorado: "Toma-se conta de crianças" Os significados do trabalho e o cotidiano de uma creche domiciliar.

tornou tomadora de conta de crianças e os fatores que podem explicar os motivos que a levaram a abrir uma creche domiciliar. Este é um caso, entre outros do bairro Saudade⁴, que indica que a origem social, as condições econômicas, a baixa escolaridade e o fato de ser mulher e mãe responsável pelo sustento da família são dados que interferem na escolha da atividade. Por outro lado, as experiências de cuidar crianças pequenas desde o final da primeira infância e as ocupações domésticas também contribuíram para que Denise se tornasse uma tomadora de conta.

Denise é uma mulher que enfrentou limitações para ocupar posições no mercado formal de trabalho, decorrentes de sua baixa escolaridade e da ausência de formação profissional. Isto reduziu suas possibilidades de trabalho aos serviços domésticos quando mais jovem e ao mercado informal e à clandestinidade da creche domiciliar quando casou e se tornou mãe.

Tanto no que diz respeito à posição profissional da tomadora de conta de crianças, como dos familiares, se pode conjecturar que estes grupos vivem no mercado informal de trabalho, ou no trânsito entre o formal e o informal, no vai e vem de estar empregado/a ou desempregado/a, com um salário fixo, ou vivendo de *bicos*, expressão recorrente entre algumas das mulheres entrevistadas. Denise e os familiares das crianças buscam sobreviver num contexto de reestruturação do mercado capitalista, onde há uma crescente diminuição e precarização dos empregos. Essas pessoas formam um grupo de uma imensa população que vive de trabalho às margens da proteção formal.

Denise está sujeita a dificuldades decorrentes da ausência de direitos trabalhistas, pois não tem registro em carteira e não contribui para a previdência, assim como não tem uma faixa salarial estável. Portanto, caracterizei seu trabalho como informal, clandestino e domiciliar. Devido às peculiaridades dessa atividade, tais características se interpenetram e, em alguns momentos, eu as comentarei conjuntamente.

2.1. Informalidade e instabilidade de renda: quais acordos e negociações?

Do ponto de vista do direito do trabalho⁵, essa é uma atividade sem registro e sem vínculo com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - e, por isto, informal. Embora o direito do trabalho classifique e defina o que é trabalho informal, na legislação não há qualquer tipo de garantias ou direitos para os trabalhadores informais. Denise não está amparada por nenhuma proteção legal, o que permite enquadrá-la em uma atividade que está fora da lei, pois não possui vínculos com os deveres da legislação e não é protegida por direitos.

Algumas pessoas, como as que fabricam e vendem comidas, doces ou roupas em casa, são autônomas, isto é, trabalham de forma independente e sem relação de emprego formal, mas contribuem com o INSS na categoria de

⁴ Este é um nome fictício que atribuo ao bairro no qual realizei o estudo etnográfico.

⁵ Encontrei referências para fazer tais afirmações em MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do Trabalho*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2001 e CARRION, Valentin. *Comentários à consolidação das leis do trabalho*. Legislação complementar jurisprudência atualizada e ampliada. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.



contribuintes individuais. Este não é o caso de Denise, que não se enquadra no que a legislação do trabalho reconhece como trabalho autônomo.

De forma geral, os termos trabalho informal, trabalho ilegal ou clandestino são encontrados na literatura, para definir um tipo de trabalho que se caracteriza pela ausência de proteções sociais. Interessa-me apresentar alguns comentários de Chinelli & Durão (1999); Potengy & Paiva, (1999) e Mozère, (1997) que estudam as novas relações de trabalho e as redes de informalidade, porque Denise vive em um contexto marcado por estas novas relações que produzem modificações nas vidas das pessoas, afetando a organização do tempo e dos espaços familiares.

Como escrevem Chinelli & Durão (1999) estamos diante de uma nova ética social e isto produz antagonismos, divergências e opiniões diversas no âmbito da informalidade. Surgem novas formas de emprego, de trabalho autônomo e novas formas de figuras profissionais que se encontram entre o trabalho dependente e as mais diversas alternativas de inserção informal. Estas autoras ainda ressaltam, como temos observado em outros textos sobre o tema do trabalho informal, que as pessoas se tornam camaleões, numa aventura permanente que mistura os acontecimentos profissionais e os da vida cotidiana.

De acordo com Potengy & Paiva (1999) essas transformações, que repercutem nos modos e estilos de vida, obviamente têm reflexos no marketing e nas técnicas virtuais, hoje também presentes no espaço privado. As placas discretas que anunciam os serviços de tomar conta de crianças, a propaganda "de boca" que consiste em transmitir informações, que se deslocam entre a vizinhança, sobre a eficiência do trabalho ou sobre os serviços das concorrentes e negociações de preços mais ou menos equiparados, contribuem para a formação de um tipo de mercado informal, privado, criado e ajustado pelas mulheres que oferecem esses serviços no bairro e pelas mulheres que os procuram.

Mozère (1997), focaliza o trabalho informal a partir de estudos de diversos autores: Amselle (1980); Castells, Benton & Portes (1989, 1994); Donzelot (1994); Laé (1993); Lautier (1994); Morice (1996); Pichon (1995); Sassen (1989, 1991, 1996); Tarrus (1996), entre outros. Apesar de escrever sobre o trabalho informal no contexto francês, ela estabelece relações com outros países desenvolvidos e do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil.

Estar na informalidade é se "fazer camaleão, se esconder, conhecer os lugares e as redes, saber o momento certo de se unir ao território, mas também saber se desligar quando for preciso" (Tarrus apud Mozère, 1997).

Diversos autores citados no texto de Mozère, não compreendem a economia formal e a informal como espaços distintos ou fechados; argumentam, por exemplo, "que a maior parte das empresas opera ao mesmo tempo na economia formal e na informal" ou que "a ordem pode criar a desordem e a economia formal pode engendrar a informalidade" (Castells e Portes apud Mozère, 1997).

Mesmo que este trânsito entre a economia formal e informal não atinja diretamente a tomadora de conta, as pessoas com as quais ela convive ou faz acordos se encontram nesta situação. Este é o caso de seu ex-cônjuge, que oscila no vai e vem dos serviços formais e informais, situação que também caracteriza os familiares do sexo masculino das crianças.

Embora a informalidade desse trabalho, que não é reconhecido e legalizado pelos órgãos públicos, engendre a clandestinidade, a tomadora de conta estabelece, de certa forma, um contrato com os familiares das crianças e tem seu serviço reconhecido e legitimado pelos grupos que dele usufruem.

Já no primeiro contato com as mães ela esclarece sobre horários, preços, atividades e responsabilidades que assume e mostra as dependências da casa⁶.

Esse contrato com os familiares, de certa forma, legitima os serviços de tomar conta de crianças. Mas tal relação não exclui a instabilidade e incerteza, no que diz respeito à tomadora de conta manter sua família e pagar suas despesas, pois há uma dependência da situação de emprego/desemprego dos familiares das crianças.

2.2. Clandestinidade e ilegalidade do trabalho

Do ponto de vista da legislação do trabalho, não poderia classificar o trabalho de Denise como clandestino e ilegal, visto que não encontrei referências no direito do trabalho ao trabalho clandestino, uma vez que é considerado ilícito e abrange atividades como contrabando ou tráfico de drogas, que pertencem ao campo do Direito Penal. O mesmo ocorre com o trabalho ilegal, que inclui o trabalho escravo, sem salário mínimo, por exemplo. Como Denise não faz nada ilícito, ou contra a lei, o que não quer dizer fora da lei torna-se necessário justificar tal opção.

Quando caracterizo o trabalho de Denise como clandestino e ilegal, eu o faço tomando como referência de análise a Nova LDB 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Para Oliveira (2002, p.81), incluir a creche no sistema de ensino significa elaborar uma proposta pedagógica e atender critérios pedagógicos de desenvolvimento de competências pelas crianças, além de outros requisitos que uma instituição para crianças deve apresentar, como ambiente limpo, saudável, organizado e com cuidados físicos observados. Um outro aspecto destacado na Nova LDB diz respeito à valorização dos profissionais de educação. A creche deve ser dirigida por um adulto habilitado na área da educação, podendo este contar com profissionais de outras formações. O trabalho junto às crianças

⁶ O café da manhã, o almoço e o jantar são fornecidos por ela, mas as mães devem contribuir semanalmente com biscoitos, frutas, iogurtes ou outros alimentos que as crianças estão acostumadas a comer fora das três refeições. As mães das crianças menores de um ano devem levar fraldas descartáveis e uma roupa para as trocas do final do dia, além do leite ou farinha para o preparo das mamadeiras. Denise cobra uma taxa de 60,00 reais para cada criança de zero a seis anos que permanece na creche, de segunda-feira a sexta-feira, ou nos finais de semana e feriados quando necessário. Estas informações foram obtidas no ano de 2001.



na creche deve ser exercido por professor com formação mínima de curso normal em nível superior.

Como este não é um trabalho legalizado, Denise vive uma situação de clandestinidade frente à sociedade como um todo. Ainda que o serviço seja reconhecido no bairro e procurado pelos moradores, tanto a tomadora de conta como os familiares das crianças parecem compreender que é um trabalho situado na clandestinidade, o que provoca situações inusitadas, quando outras pessoas visitam o local.

Provavelmente por entender que creche é um espaço educativo com regulamentos e normas e que, por isto, não é qualquer pessoa que pode abrir uma creche, Denise relatou sua intenção de concluir os estudos, pois compreende que a legalização de seu trabalho depende de uma qualificação com nível universitário. Ela também forneceu indícios de que reconhece a situação de clandestinidade da sua atividade, pois tem receio de usar a designação creche, que sugere uma instituição credenciada: *Era mais coisa de fundo de quintal como chegaram a dizer, coisa de fundo de quintal(...)*.

Nesse sentido, ela explicou que se colocar a palavra creche na placa, os familiares que procuram os serviços sabem que a palavra sugere *credenciamento*, ao passo que o anúncio *toma-se conta de crianças* indica que há uma pessoa que se habilita a tomar conta de crianças, mas que não tem formação e credenciamento para tal atividade

2.3. Trabalho no domicílio, flexibilidade de horários e redução do tempo de lazer

No caso de Denise é necessário estabelecer uma diferenciação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar. O trabalho doméstico, ainda pouco investigado no Brasil, ocupa, segundo o estudo de Santos (2001, p. 132), uma posição importante na economia brasileira, pois uma parcela significativa da população brasileira está concentrada nos serviços domésticos. Denise executa um trabalho domiciliar, embora tenha passado por empregos como o de babá ou empregada doméstica a partir dos 12 anos de idade.

O trabalho doméstico enquadra-se nas atividades formais que abrangem uma ampla categoria como empregada doméstica, babá, caseiro ou motorista. Esta categoria de empregados/as trabalha para uma família e mantém uma relação de emprego, de subordinação e de hierarquia. Atualmente Denise trabalha dentro da própria casa, mas sendo este um trabalho totalmente desvinculado das instituições da lei, não poderia classificá-lo como doméstico.

Para Denise seu trabalho lhe proporciona algumas vantagens, e ela reconhece que não conseguiria uma ocupação melhor considerando seu grau de escolaridade. Em algumas situações ela disse que vê vantagens em ser seu próprio patrão e, mesmo em meio a uma extensa jornada de trabalho, o seu cotidiano, de certa forma, apresenta uma autonomia relativa de trabalho.



O trabalho realizado dentro de casa e em contato com as filhas é o que proporciona que Denise se sinta mais livre. Por outro lado, esta autonomia é relativa, porque ela organiza seu trabalho em função das expectativas dos familiares das crianças. Se não considerasse as necessidades dos familiares, provavelmente não estaria trabalhando como tomadora de conta de crianças, e tampouco conseguiria sobreviver.

O trabalho domiciliar acontece junto às atividades e rotinas da casa, mas também é trabalho social e econômico, porque pressupõe acordos, pagamentos e rotinas que envolvem entrada, permanência e saída de crianças que não fazem parte do universo familiar da tomadora de conta.

Dentro dos acordos estabelecidos ocorre uma flexibilidade de horários e concessões que evidenciam a necessidade de Denise de manter um número suficiente de crianças para sobreviver e preservar sua fonte de renda. Tais concessões, porém, limitam sua vida privada e, mesmo que ela tenha preferido trabalhar na própria casa e ser seu próprio patrão, não dispõe de um tempo para si dentro da própria moradia.

O que considero problemático é que Denise não dispõe de tempo para o lazer ou para o exercício de outras atividades sociais e culturais. Quando encontra tempo para o lazer, isto geralmente acontece na companhia das filhas.

Tempo de trabalho e tempo de viver (Chinelli e Durão, 1999) estão amalgamados entre si e isto produz sentidos, significados culturais e corporais diversos, subjetividades e modos de percepção de ser e estar no mundo pelas figuras femininas. Os homens do bairro Saudade circulam mais pelas ruas e não se limitam aos vínculos com a casa e família. Provavelmente seja esperado de mulheres como Denise que elas cumpram os papéis de mãe, esposa e mulher.

Para Denise, as dificuldades econômicas impedem que viva outras experiências além do trabalho e das responsabilidades da casa e criação das filhas. Nesse sentido, não podemos ignorar o lado mais perverso desta atividade, "como a precarização das relações de trabalho e seus rebatimentos na perda de status e na subjetividade dos trabalhadores; a redução dos salários e dos benefícios sociais (...)" (Chinelli e Durão, 1999).

3. Os sentidos de ser mulher, mãe e trabalhadora em uma família monoparental

Como mulher responsável pela criação e sustento das filhas, Denise tem procurado formas de sobrevivência num contexto marcado por dificuldades sociais e econômicas. Por esta razão penso que é necessário um olhar sobre ela enquanto mãe, mulher e trabalhadora que permita analisar os sentidos que atribui à sua existência em uma família monoparental. Tais sentidos são marcados por ambigüidades e contradições.

Denise toma conta dos/as filhos/as de outras mulheres na própria casa; podemos caracterizar este serviço em São Gonçalo como uma atividade representativa da atual conjuntura social, econômica e política, marcada pelo

crescimento do setor informal e da violência gerada pelo tráfico de drogas. A creche de Denise é um local que se estrutura a partir de horários e rotinas de alguns grupos das camadas populares e, de forma geral, as mulheres que procuram seus serviços desempenham profissões domésticas, não dispondo de tempo suficiente para permanecer com os/as filhos/as em casa.

Existe uma relação entre a trajetória de vida de Denise e a sua ocupação como tomadora de conta de crianças, mas também há relação entre a sua ocupação e a reestruturação do mercado de trabalho capitalista, que causou mudanças na organização das famílias afetando as condições materiais de existência de grupos das camadas populares. Desta forma, com o desemprego ou a escassez de empregos no mercado formal para os homens, as mulheres trabalham como domésticas ou como autônomas fazendo faxinas para garantir a sobrevivência das famílias. Sem o apoio de parentes ou vizinhos que outrora ajudavam a cuidar das crianças pequenas, e sem creches públicas ou comunitárias com atendimento de zero a três anos, conforme estabelecido na Nova LDB, a saída é procurar serviços como a creche domiciliar de Denise, que se organiza em função das necessidades das mães das crianças e dela própria.

De um lado Denise é uma mulher afastada do mercado formal de trabalho e responsável pelo sustento dos/as filhos/as. De outro lado, depende de mulheres que enfrentam problemas semelhantes para garantir a sua sobrevivência. Ambas as partes convivem em um local marcado pela ausência de serviços públicos educativos para as crianças pequenas e restrições de ajuda por parte de avós ou outros parentes, quando as mulheres necessitam trabalhar.

A escolha do trabalho de Denise está vinculada a três motivos que se relacionam com suas condições de vida e com as saídas que ela própria encontrou para conciliar a maternidade com o trabalho. O primeiro deles diz respeito à baixa escolaridade e às poucas chances de conseguir um trabalho mais qualificado. Com o casamento, Denise interrompeu os estudos e nem mesmo concluiu o ensino fundamental. Desta forma seria inviável para ela obter uma ocupação melhor do que a de empregada doméstica.

O segundo se refere à opção de ficar perto das filhas e conciliar o trabalho com as atividades da casa. A atividade de tomar conta de outras crianças lhe proporciona permanecer em casa e obter um rendimento igual, ou maior, do que o obtido quando se trabalha fora de casa, especialmente em ocupações domésticas. Como não há garantias de segurança no local onde reside, Denise preferiu ficar perto das filhas fazendo algo que lhe proporcionasse uma renda, pois o marido não tinha emprego estável.

O último motivo e o mais significativo nas análises de Denise é o da possibilidade de autonomia na atividade que realiza, ainda que se trate de uma autonomia relativa, conforme já esclareci. A decisão de ganhar dinheiro na própria casa permitiu a Denise ser o seu próprio patrão, num trabalho que acontece junto às atividades domésticas cotidianas. Tomar conta de crianças na própria casa foi a solução que ela encontrou para garantir sua sobrevivência econômica.



3.1. Ser mãe e trabalhar para ter uma renda: a feminização da pobreza

No Brasil, as mulheres das camadas populares que criam os filhos pequenos sozinhas estão mais próximas da linha da pobreza. Denise é uma mulher que enfrenta tais dificuldades, considerando sua situação familiar e seu contexto local sem creches públicas para as crianças pequenas. Ela faz parte do universo de um fenômeno denominado por Lavinias (1996); Torremocha & López (1999); entre outras autoras, "feminização da pobreza". Para Lavinias (1996), a feminização da pobreza é hoje um fenômeno contemporâneo que surge como uma categoria sexuada e com características próprias, reunindo duas fragilidades: ser do sexo feminino e das camadas populares.

Este não é, contudo, um fenômeno que atinge somente os países do terceiro mundo. As pesquisadoras espanholas Torremocha & López (1999) definem feminização da pobreza como o maior risco que as mulheres apresentam, frente aos homens, de serem pobres. Elas geralmente ocupam posições mais frágeis no mercado de trabalho, devido às diferenças salariais decorrentes da concentração em profissões com nível de qualificação e remuneração mais baixos.

Para ambas (1999, p.46), a maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza se agrava quando elas são as únicas provedoras de uma família e necessitam cuidar das pessoas dependentes, principalmente dos/as filhos/as pequenos/as. Em geral são as mulheres mais jovens, procedentes de uma ruptura matrimonial e que chefiam famílias maiores as que padecem de situações de pobreza mais graves.

Desta forma, elas defendem a tese de que a pobreza não é somente reflexo da insuficiência de recursos econômicos, mas igualmente de situações sociais, familiares e pessoais muito precárias, que tornam as mulheres mais vulneráveis aos processos de exclusão social. Entendo que é necessário cuidado no uso do termo exclusão social mesmo que as análises sobre a feminização da pobreza ajudem a compreender o caso de Denise, e ainda constatando que ela provavelmente enfrenta maior insuficiência de recursos sociais, educacionais, econômicos e familiares do que as mulheres analisadas pelas pesquisadoras espanholas, nem por isso a vejo tão somente como excluída.

Alguns/as estudiosos/as sobre famílias das camadas populares como: Fonseca (1995); Sarti (1995, 1996); Romanelli (1997) e Salen (1981) reconhecem que nos arranjos familiares monoparentais as taxas de pobreza em geral são maiores. Sarti (1996) comenta que na literatura sobre famílias existe uma relação entre pobreza e responsabilidade da figura feminina pela manutenção das famílias.

De forma geral, a literatura consultada sobre feminização da pobreza discute a situação de mulheres sozinhas e responsáveis pela criação e sustento dos/as filhos/as, um fenômeno que não é recente mas que tem aumentado, sobretudo nos países pobres. Essa literatura auxilia a compreender o caso de Denise, a sua atividade econômica, as relações sociais que ela estabelece, bem como

suas percepções sobre ser mãe, mulher e trabalhadora. Na medida em que ampliei esta análise, no entanto, um outro olhar sobre a problemática despontou: o de que Denise, embora mulher, pobre e membro de uma família monoparental, apresenta outros significados sobre a sua existência.

Tais significados, embora fortemente marcados pelas condições materiais de existência e pela classe social, têm igualmente um recorte de gênero, principalmente no que diz respeito à posição de Denise enquanto mulher e mãe em uma família monoparental. Nesse sentido, as restrições sociais, econômicas e culturais que lhe são impostas produzem subjetividades e modos de significar sua existência muito peculiares.

O fato de ser a única provedora e responsável pela educação das filhas não parece ser algo resolvido por Denise. Ela se ressentida por não fazer parte de um arranjo familiar no qual o homem é o pai e o provedor. Ser mulher e mãe é algo que para ela assume significados de sofrimento e de fragilização. Por outro lado ela se valoriza, principalmente porque pode tomar decisões sem o apoio dos homens. Ela apresenta ambigüidades nos discursos e tanto vitimiza quanto valoriza os sentidos de ser mulher, assim como relaciona os corpos femininos com dor e sofrimento e, ao mesmo tempo, sente prazer em trocar carinho com as crianças.

3.2. Viver em uma família monoparental e desejar uma família conjugal: vitimização e valorização dos sentidos de ser mulher

A experiência do casamento foi relatada por Denise como frustrante - *com 15 anos...prá mim eu posso dizer que caí na besteira de me casar* - e, não raro, ela demonstrou seu descontentamento com a situação da separação, uma vez que os encargos financeiros e a educação das filhas foram assumidos por ela de forma integral.

O percurso de Denise após a separação sugere um tipo de vida que se voltou para o trabalho, estudo e criação das filhas. Em quase todos os seus depoimentos percebi um discurso negativo a respeito dos homens, assim como nos comentários sobre as frustrações dela e das filhas com relação ao comportamento do ex-marido que, ao assumir uma outra família, passou a dedicar pouco tempo para as filhas do primeiro casamento.

A partir da sua experiência de vida e também pelo conhecimento das experiências das outras mulheres com as quais convive, Denise considera que é mais fácil ser homem, mesmo na atualidade, quando é possível, por exemplo, que os filhos fiquem com os pais após as separações, o que ela vê como uma vantagem do ponto de vista legal, mas como uma opção improvável na prática, uma vez que, para ela, os homens preferem a liberdade.

Na ótica de Denise, as separações implicam em rupturas e aumento das dificuldades para as mulheres, pois além de assumir a criação dos filhos sozinhas - porque geralmente os homens constituem novas famílias - elas sustentam a casa e, em alguns casos, também pagam as dívidas dos ex-maridos:

Embora sustente um discurso negativo sobre a experiência do casamento, quando comenta sobre o lugar da figura masculina na família seu desejo parece o de estar num casamento no qual a estrutura familiar seja a nuclear. O lugar ocupado pela figura masculina no casamento, para ela, vincula-se à imagem do homem dentro de casa, que não só garante o sustento da família, mas também oferece segurança expressa pelo respeito, contato e carinho com os filhos. A função do carinho e do cuidado com os filhos, na sua perspectiva, é quase sempre delegada à figura materna, embora ela almeje um posicionamento mais igualitário.

A importância que a figura masculina assume para Denise, mesmo quando ela expressa ressentimento, é um aspecto analisado por estudos antropológicos realizados em favelas brasileiras. Alguns autores ressaltam que não existe uma relação de equivalência entre mulheres que assumem a chefia das famílias e a superação das assimetrias de gênero. Sarti (1995, 1996), Romanelli (1997) e Salen (1981), em estudos sobre famílias das camadas populares, têm evidenciado que as mulheres chefes de família, que não dependem de homens ou de filhos para seu sustento, em determinados casos buscam em outros homens o papel de "provedor" ou "chefe" para se sentirem valorizadas. Isto ocorre porque a família nos meios populares representa um valor fundamental, uma referência básica na construção do universo simbólico de homens e mulheres.

Para Sarti, a diferença de autoridade por gênero corresponde à divisão entre a casa e a família, na qual o homem é o chefe de família e a mulher a chefe da casa. É assim que a autoridade da mulher estrutura-se no papel de gênero de mãe e dona-de-casa, ocorrendo uma forte valorização simbólica da figura da mãe.

O que dizer, então, do caso de Denise e de outras mulheres que exercem não somente a autoridade da casa, mas também a da família? Na visão de Sarti (1996, p. 136) a discussão da noção de mulher "chefe de família" é um fenômeno cada vez maior entre os pobres urbanos, o que revela o importante papel econômico das mulheres nas unidades de baixa renda. A análise da autora não se restringe, todavia, ao papel econômico, ou das relações de trabalho, ou seja, ela compreende a existência de um universo simbólico na estruturação dos papéis de gênero e idade. Assim, mesmo quando a mulher assume o papel de provedora dos recursos econômicos, a identificação do homem com a figura da autoridade não se altera em todas as suas dimensões.

Provavelmente porque deseja para si uma estrutura de família nuclear, quando se refere às mulheres, de forma geral, ela faz uma análise baseada na vitimização. A partir da sua experiência de vida e das experiências de outras mulheres com as quais convive, ressent-se de que os encargos e responsabilidades com a criação dos/as filhos/as são delegados às figuras maternas. Desta forma, considera que é mais fácil ser homem, porque eles são mais livres e sentem menos culpa e, por isto continuam ausentes da participação na criação dos/as filhos/as.

Em outras situações, falou de sua extensa jornada de trabalho, do estudo e responsabilidade com as filhas, enaltecendo sua figura de mãe, mulher e trabalhadora. É significativo o posicionamento da socióloga catalã Izquierdo (1999) sobre o sentimento de onipotência experimentado por mulheres que exercem dupla jornada de trabalho.

Percebi que ocorre uma contradição quando Denise se refere às mulheres como vítimas e, ao mesmo tempo, avalia de forma positiva sua capacidade de enfrentar as dificuldades causadas pela ausência de um chefe e provedor na sua família. Há uma tensão na sua forma de pensar em um modelo familiar que não corresponde à sua realidade, vendo-se enquanto vítima e, ao mesmo tempo, valorizar ou enaltecer suas experiências.

É possível afirmar que os discursos de Denise não são lineares ou sempre coerentes; ao contrário, apresentam fissuras e contradições. E apesar dos estreitos limites de possibilidades impostos por sua condição social e por sua condição de mulher, Denise foi capaz de encontrar soluções para garantir a sobrevivência dela e das filhas.

Nos estudos já citados sobre mulheres dos meios populares, são também objeto de análise as contradições entre as representações das mulheres por elas próprias como seres frágeis e vitimizadas, e formas de viver que demonstram sua força. Um exemplo é o estudo de Salen (1981) sobre como 17 mulheres da favela da Rocinha no Rio de Janeiro pensam e constroem a identidade feminina. Fundamentalmente a autora aponta a ambivalência apresentada pela imagem de mulheres que não se afirmam enquanto sujeitos de sua existência, que não existem para si, mas para e através dos outros apresentando ao mesmo tempo outra face, revelando a capacidade de lidar com "coisas de homem", o que destoa da auto-imagem construída e apoiada na fragilidade, passividade e impotência (Salen, 1981, p. 93). Nesse sentido, ela pergunta por que a mulher tende a privilegiar nas suas representações a faceta supostamente impotente e fragilizada.

Não são, porém, apenas os estudos antropológicos que nos ajudam a compreender tais ambigüidades e contradições. Pesquisadoras sobre relações de gênero na história e na educação como Scott (1995); Louro (1995); Cunha (1998) e Brugger (1995) denunciam a tendência de vitimizar as mulheres, ou tratá-las como submissas ao domínio masculino, sem explorar os outros espaços que propiciam sua atuação social.

Para Scott (1995, p. 88) os homens e as mulheres reais não cumprem literalmente os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas. E Louro (1995) escreve que nos dois pólos da relação entre homens e mulheres há sujeitos livres e capazes de agir e reagir.

O caso de Denise, apesar de singular, é representativo; todos os estudos citados sobre mulheres das camadas populares com um recorte de gênero demonstram que é necessário superar análises que polarizam submissão e contestação, como se as formas de atuação das mulheres ocorressem somente em extremos.

4. As ambigüidades da função e os saberes para tomar conta de crianças

Para Denise, a atividade de tomar conta de crianças está repleta de ambigüidades, principalmente porque ela oscila entre ser mãe substituta, tia ou tomadora de conta o que parece refletir o conhecimento de que realiza uma atividade sem qualificação, e entre ser professora ou psicóloga o que assinala um desejo de reconhecimento do seu trabalho que também envolve saberes e reflexões sobre sua prática. Como ela oscila nas definições sobre sua função, produzem-se sentimentos contraditórios, como a culpabilização de si própria enquanto mãe e mulher bem como das mães das crianças.

O trabalho aqui focalizado é um trabalho feminino realizado no domicílio da tomadora de conta, porém articulado com o mundo da rua. Interessa-me compreender quais os sentidos dessa atividade para Denise e que saberes ela tem adquirido ao longo da sua vida como mãe, mulher e trabalhadora que levaram-na a construir raciocínios sobre a sua função permeados de contradições, tensões, sonhos e expectativas de futuro.

Na sua atividade cotidiana entram em jogo conhecimentos adquiridos de experiências anteriores ou de trocas de experiências com outras mulheres; isto evidencia que mesmo em um ambiente limitado do ponto de vista do espaço físico e de qualificação específica para a educação infantil, Denise está construindo uma prática que não posso classificar como pobre meramente porque gerada em um local pobre com restrições em termos de recursos materiais e humanos para o trabalho com crianças pequenas.

Denise certamente não toma conta das crianças e das suas filhas utilizando apenas a intuição, ou simplesmente jogando emoções nesses cuidados. Nesse sentido há uma combinação de racionalidades e emoções nos seus significados sobre o trabalho que realiza, o que também observei ao analisar os significados para ela, de ser mãe, mulher e trabalhadora.

4.1. Mãe substituta, tia, tomadora de conta, professora ou psicóloga?

Como vimos em itens anteriores, Denise realiza uma atividade informal, domiciliar, clandestina, instável do ponto de vista do rendimento e ilegal porque não é regulamentada. Tais características configuram um perfil de trabalho sem garantias e direitos e, por isto, sem regularização das atividades, dos horários, salários e preços. Denise oscila no vai e vem de receber e perder crianças, tal como os familiares que oscilam no vai e vem do emprego/desemprego. Ela depende da situação de trabalho das mães para garantir suas condições de existência. Produzem-se aqui uma série de ambigüidades que envolvem tanto a sobrevivência econômica de Denise quanto seus sentidos sobre o que é e o que faz. Quando ela fala sobre sua vida privada e profissional, revela uma duplicidade de oscilações que se refletem nas suas condições materiais de existência, e na produção das subjetividades.

Em outras palavras, Denise oscila nas relações de trabalho e nas negociações que estabelece com os familiares, assim como oscila quando se refere aos sentidos de ser mulher, mãe e trabalhadora em uma família monoparental. Não poderia ser de outra forma quando expressa os sentidos sobre sua atividade.

Como Denise vivenciou experiências anteriores que preparavam crianças para a escolarização, é provável que as denominações tia, professora ou psicóloga tenham se originado dessas vivências. De outro lado, não podemos negligenciar o fato de que ela e suas filhas freqüentam a escola formal, o que provavelmente produz análises que incluem outras denominações, além de mãe substituta ou tomadora de conta. É interessante constatar que quando ela se refere ao espaço creche, do ponto de vista de uma organização institucional, existe uma preocupação de demarcar linhas bem fechadas quando, por exemplo, fala que seu espaço de trabalho não é uma creche, mas um local em que se toma conta de crianças, porque creche sugere credenciamento. Quando se trata, porém, de falar de si própria, daquilo que é e do que faz, ou de como se vê no que é e no que faz, as análises são mais ambíguas, ocorrendo uma oscilação de sentidos e interpretações. É que as condições materiais de existência, por si só, não dão conta de explicar tais significados. Ocorre uma produção de subjetividades e sentidos sobre a vida, nem sempre coerentes entre si.

De forma geral, Denise se sente mais mãe do que as mães das crianças porque dispõe de mais tempo para fazer o que as mães não podem fazer com os/as filhos/as. Isto produz ambigüidades na forma como percebe a sua função. Assim, ser tia pode significar o mesmo que tomadora de conta, ou pode indicar uma relação mais profissional. Esta atividade, que acontece no espaço da casa, gera, além dos acordos com os familiares, algumas tensões e disputas, principalmente da tomadora de conta com relação às mães das crianças. Nesse emaranhado de funções aparecem sentimentos controversos, como a culpabilização das mães das crianças ou dela própria.

5. Para concluir

A partir da trajetória de Denise, concluo que tomar conta de crianças foi algo que se estruturou em meio à sua instabilidade de vida. Não posso afirmar que esta foi uma opção, pois ocupar profissões domésticas e cuidar de crianças foi, para ela, uma necessidade de sobrevivência. Assim, sua trajetória de vida é feita de tensões, de ambigüidades, de vida na precariedade e de instabilidade.

As relações mais próximas das mães das crianças, que em geral fazem parte das redes de vizinhança da tomadora de conta, bem como a ilegalidade dos serviços do ponto de vista de um estatuto social e jurídico, são fatores que geram ambivalências nos significados daquele trabalho.

O trabalho de tomar conta de crianças se constrói através de práticas que são pensadas e realizadas com abstração, mas em meio a muitas tensões. As ambigüidades e tensões estão expressas na função de tomar conta de crianças,



nos significados de ser mãe, na culpabilização das mães das crianças e no exercício de conciliar a necessidade de ganhar dinheiro e cuidar dos próprios filhos.

Seus discursos apresentam fissuras e ambigüidades, principalmente quando ela se refere às mulheres assumindo uma postura de vitimização. Como também procura valorizar suas experiências, encontrei outros significados sobre ser mulher, mãe e tomadora de conta, tais como: o sentido e a real possibilidade de mudança da opressão feminina, o lado vulnerável do poder patriarcal e os traços masculinos que podemos encontrar nas ações e discursos das mulheres, mesmo quando elas se definem somente como seres que cumprem o seu papel de mulher, esposa e mãe.

A valorização da experiência social das mulheres representa para Potengy & Paiva (1999) uma forma de enfrentamento da nova realidade do mundo globalizado e das transformações produtivas, que geram insegurança e incerteza.

Nesse sentido, questiono: por que há traços de invisibilidade sobre as atividades femininas caracterizadas pela clandestinidade, ou por constituírem ocupações menos importantes - ou não consideradas como profissão - considerando o contingente significativo de mulheres que ocupam estas posições no Brasil?

4. Referências Bibliográficas

- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: 1996.
- BRUGGER, Silvia. *Valores e vivências matrimoniais: O triunfo do discurso amoroso*. 1995. (s/f). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1995.
- CACCIAMALI, M.C. *Setor informal e formas de participação na produção*. São Paulo: Editora IPE, 1983.
- CARRION, Valentin. *Comentários à consolidação das leis do trabalho*. Legislação complementar jurisprudência atualizada e ampliada. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- CASTELLS, M & PORTES, A. Benton. *The informal economy*. Studies in advanced and less developed countries. London: The John Hopkins University Press, 1989.
- CHINELLI, Filippina & DURÃO, Anna Violeta. Novos conteúdos, nova forma e nova cultura do trabalho. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 99-119, 1999.
- CHINELLI, Filippina & PAIVA, Elizabeth. Emprego e Informalidade. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, nº6, p.61-72, 1999.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras, Brasileiras e Escandinavas: Loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (século XIX e início do XX). *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 5, 1998. p. 181-215, 1998.



DELGADO, Ana Cristina Coll. "Toma-se conta de crianças". Os significados do trabalho e o cotidiano de uma creche domiciliar. 2003. 292f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2003.

FONSECA, Claudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. cap. 2. p.69-89.

IZQUIERDO, María Jesús. *Del elogio de la diferencia y la crítica de la desigualdad a la ética de la similitud*. *Revista de Sociología*, Barcelona, nº 59, p. 25-49, 1999.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: O caso brasileiro. Rio de Janeiro: *Revista estudos feministas* vol.4, Rio de Janeiro, 1996. p. 464-479.

LAUTIER, B. *L'économie informelle dans le Tiers-monde*, Paris: La Découverte, 1994.

LEITE, Heloisa Maria Daltro. *O Novo Código Civil*. Livro IV do Direito da Família. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Gênero e Educação, Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 101-132, 1995.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do Trabalho*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MOZÈRE, Liane. *Informalités sans protection*. Une lecture de travaux relatifs à l'économie informelle. Centre d'études, de recherches et de formations institutionnelles du Sud-est, França, 1997. Mimeografado. p. 1-128.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. Creches no sistema de ensino. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.) *Encontros e Desencontros em Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2002. cap. 1. p. 79-82.

POTENGY, Gisélia e PAIVA, Vanilda. Gênero, trabalho doméstico e espaço privado como fonte de produção de mercadorias e serviços. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, nº6 (s/p), 1999.

ROMANELLI, Geraldo. Famílias de classes populares: Socialização e identidade masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 1 e 2, p. 25 - 31, 1997.

SALEM, Tânia. Mulheres faveladas: "Com a venda nos olhos". *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Anna Lúcia Florisbela. *O Reconhecimento do trabalho doméstico no Brasil*. Direito e cidadania, Lisboa, n.9, 2000. p. 131-144.

SARTI, Cynthia Andersen. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. cap. 3. p. 131-150.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Gênero e Educação, Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-79, 1995.

TARRIUS, A. *Fin de siècle incertaine à Perpignan*. Drogues, pauvreté, communautés d'étrangers, jeunes sans emplois et renouveau des civilités dans une ville moyenne française. Université Toulouse, 1996.

TORREMOCHA, Isabel Madruga & LÓPEZ, Rosalía Mota. *Las condiciones de vida de los hogares pobres encabezados por una mujer*. Pobreza y género. Madrid: Cáritas Española, 1999.